

EVOLUÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO DO MARAJÓ: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA¹

*Armando Lirio de Souza*²

Resumo

Este artigo trata da caracterização da evolução do sistema agrário da região do Marajó no estado do Pará, cuja abrangência corresponde a 16 municípios e uma área de 104.140 km², com aproximadamente 500 mil habitantes. Identificaram-se quatro sistemas agrários: o Sistema Agrário Indígena (3.500 a.C. até aproximadamente 1498 A.D.); o Colonial (1498-1823); o da Economia da Borracha (1824-1950); e o Contemporâneo (1950 até os dias atuais). O significado do arquipélago do Marajó para o processo histórico de formação da sociedade amazônica se deve a sua posição de destaque na foz do rio Amazonas no caminho de acesso às minas de metais preciosos do Peru. Várias expedições europeias, desde o século XIV, efetuaram contato com as manifestações socioculturais de grupos indígenas que ocupavam o Marajó, onde se destaca a sociedade marajoara. A fundação da cidade de Belém, em 1616, promoveu a efetivação da ocupação portuguesa e implicou a conformação de uma nova sociedade que transformaria a região do Marajó em um local fornecedor de alimentos para a população citadina. Além dos conflitos com as sociedades indígenas, houve a introdução de atividades produtivas ligadas à criação pastoril, agricultura de caráter comercial e a exploração intensiva das drogas do sertão. Em síntese, ao longo dos três últimos séculos ocorreram várias transformações na dinâmica

1 A primeira versão deste artigo foi apresentada no III Congresso Brasileiro de Sistemas e I Congresso Catarinense de Sistemas, Florianópolis (SC), em 24 e 25 de outubro de 2007.

2 Economista, Doutor em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS e professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas (Facecon) e do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é coordenador do Programa Mercado Institucional de Alimentos Proext-MEC/2014 da Facecon/UFPA. Correio eletrônico: armandolirio@gmail.com.

econômica e social da região do Marajó. Contudo, percebe-se que se mantém quase que intacta a dinâmica própria de organização da agricultura de subsistência (sistemas agroextrativistas), além de formas de agricultura comercial que resistem como um subsistema ao longo dos três últimos sistemas agrários identificados. O impacto ambiental e os conflitos fundiários que se estabeleceram conformaram a evolução de um sistema agrário que manteve certo grau de unidade entre as regiões de campos naturais e as regiões de floresta, entretanto, com exploração econômica e papéis diferenciados na construção do processo de acumulação e de articulação política com a sociedade regional e nacional. Podem ser evidenciadas como fato novo, neste contexto histórico e geográfico da região do Marajó, as novas condições impostas pela legislação ambiental. Em tese, isso deveria alterar a apropriação e o uso do território marajoara, pelo menos de parte significativa dele, com o estabelecimento de Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Estação Ecológica e Área de Quilombola. Isto provocou uma maior amplitude na complexidade da ocupação do território marajoara na fase contemporânea; à primeira vista, possivelmente, a conformação de uma nova dinâmica de sistema agrário. **Palavras-chave:** Sistema Agrário. Complexidade. Agroextrativismo. Desenvolvimento Rural.

Abstract

This is the characterization of the evolution of the agrarian system of Marajó region in Para State, whose scope corresponds to 16 municipalities and an area of 104,140 km², with approximately 500 000 habitants. We identified 4 agrarian systems: The Agrarian System Indigenous (3,500 Ac until about 1498 AD); The Agrarian System Colonial (1498 – 1823); The Agrarian System of Economy Rubber (1824-1950); The Agrarian System Contemporary (1950 – to the present day). The meaning of the Marajó archipelago, to the historic process of forming the Amazonian society, due to its prominent position at the mouth of the Amazon River in the driveway mines of precious metals in Peru. Several European expeditions, since the fourteenth century, kept in touch with the sociocultural expressions of indigenous groups that occupied the Marajó, stands out marajoara society. The foundation of the city of Belém, in 1616, promotes the effectiveness of Portuguese occupation and involves the formation of a new company that will transform the region Marajó at a local food supplier for the city population. Apart from conflicts with indigenous societies, there was the

introduction of productive activities related to pastoral setting, the commercial character of agriculture and intensive farming hinterland drugs. In summary, over the past three centuries several transformations in the economic and social dynamics of the region Marajó occurred. However, it is perceived that remains almost intact its own dynamic organization of subsistence agriculture (agroextractive systems), as well as forms of commercial agriculture, which resist as a subsystem over the last three identified agrarian systems. The environmental impact and land conflict who settled conformed the evolution of a land system that maintained a degree of unity among the regions of natural countryside and forest regions, however, with economic exploitation and different roles in the construction of the accumulation process and policy coordination with the regional and national society. Can be evidenced as novelty in this historical and geographical context of the Marajó region, the new conditions imposed by environmental legislation. In theory, this should change the ownership and use of marajoara territory, at least in significant part, with the establishment of the Extractive Reserve (Resex), Sustainable Development Reserve (RDS), Ecological Station and area Quilombo. This provoked a greater extent on the complexity of the occupation of territory in contemporary marajoara phase. At first glance, possibly the formation of a new agrarian system dynamics.

Keywords: Agrarian system. Complexity. Agroextractivism. Rural development.

INTRODUÇÃO

A teoria dos sistemas agrários permite observar a evolução e diferenciação dos sistemas agrários à medida que considera a complexidade e diversidade dos fenômenos socioculturais, ambientais e econômicos e o próprio processo de apropriação e uso dos recursos naturais disponibilizados no espaço-tempo em que se constituíram as civilizações pré-históricas e a sociedade moderna. Aprender este conjunto de elementos da formação sociocultural e as dinâmicas de reprodução econômica e social requer um caráter interdisciplinar para se aproximar das múltiplas realidades e formular problemas que identifiquem a importância dos sujeitos na formação de amplos e complexos sistemas agrários.

Percebe-se na breve revisão bibliográfica sobre a temática a necessidade de incorporar a interpretação da análise de redes sociais, por meio de elementos como solidariedade, redistribuição, domesticidade e reciprocidade (Polanyi, 2000; 2012) e de uma análise sócio-histórica (Wallerstein, 2001). Além disso, sugere-se também a inserção da visão de ciclos de acumulação sistêmica (Arrighi, 1996), como elemento analítico auxiliar na fundamentação sobre o grau de articulação interna e externa do sistema agrário no âmbito da organização econômica e social estabelecida por segmentos e sujeitos que mobilizam as forças de coesão e unidade do sistema.

Em tese, isso permitiria compreender melhor o significado, quando for relevante, das inter-relações do sistema agrário com a economia mundo, assim como estabelecer parâmetros de referência sobre como são construídas as fases de transição entre sistemas agrários. Objetivamente, há uma preocupação em evidenciar como isso se concretiza em termos das contribuições culturais e sociotécnicas, das inovações institucionais, das alterações ambientais, do papel e importância das articulações financeiras e de acumulação intersistemas econômicos, além de outras questões que possam ser consideradas no âmbito de uma análise de sistema aberto. Nessa linha de raciocínio, segundo Porto (2003), os sistemas abertos, particularmente os socioculturais, mantêm relações com o exterior que repercutem no interior do próprio sistema e que podem influenciar o campo externo.

Esses traços ficaram evidentes no estudo sobre o sistema agrário da região do Marajó, no estado do Pará. Percebeu-se a intensa articulação externa advinda desde o processo de colonização europeia até a integração mais efetiva à economia nacional, no século XX. É importante ressaltar que os momentos de ápice econômico se devem muito mais à articulação com a economia mundo, de cada época, do que com a formação econômica brasileira. Isto somente será alterado, de forma mais relevante, a partir da segunda metade do século XX, porque há uma maior aproximação do Estado nacional brasileiro, mediante políticas públicas econômicas e sociais, e mais contemporaneamente via políticas públicas ambientais.

Nesse sentido, tem-se clareza que

(...) a teoria dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite aprender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. (...) *objeto real de conhecimento* (...) *objeto teórico de conhecimento* e de reflexão (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 71).

Assim, pretende-se apreender o objeto real e transformá-lo em um objeto concebido, cuja caracterização permite demonstrar o processo de evolução do sistema agrário e seu significado no passado e, de certa forma, revelar as tendências do futuro. A reflexão sobre esse conjunto de elementos complexos e dinâmicos é fundamental para se obter uma aproximação sobre orientações de formulação de políticas públicas condizentes com um espaço-tempo, passado e presente, historicamente construído por sujeitos que atuavam e que atuam em ambientes também complexos e que exigem aprimoramento constante do conhecimento humano e estratégias de uso e apropriação dos recursos naturais, seja por meio da agricultura, seja por meio de outras atividades econômicas, como extrativismo vegetal, mineral, pecuária, indústria e serviços.

Porto (2003) enfatiza que nos sistemas socioculturais abertos a condição de equilíbrio não é alcançada, pois as constantes intromissões externas repercutem no seu processo de elaboração. Além disso, outra característica do sistema aberto é que eles “evitam o aumento de entropia mantendo-se em estado estacionário e podem desenvolver-se mesmo no sentido de estados de ordem e organização crescentes” (Porto, 2003, p. 100). Pode-se afirmar por hipótese que o sistema agrário da região do Marajó comporta-se com essas características, pois, à medida que há uma transição para uma nova fase, para um novo sistema agrário, são identificadas situações de “estagnação” momentâneas, algo que poderia ser mais bem definido como um *stand by* para uma nova ordem sistêmica. Isto poderia ser confundido como um movimento interno, supostamente marcado pela ação dos sujeitos, mas percebe-se a importância do ecossistema. Assim, um novo estado de organização crescente é estabelecido mediante a produção de entropias e importação de entropias.

O objetivo deste artigo não é de se transformar em uma caracterização exaustiva e detalhada dos sistemas agrários identificados na região do Marajó. Este fato se deve ao formato do trabalho, que é construído fundamentalmente por uma revisão da literatura histórica, econômica e geográfica, alguns dados secundários, além de algumas informações sobre o complexo ecossistema marajoara. Há uma leitura da paisagem e dos processos históricos fruto da inserção do autor em projetos de pesquisa e extensão, além da vivência na região, que possibilitaram experiências *in loco* em dois ecossistemas da região do Marajó: a região das ilhas e a região dos campos. Consequentemente, isso possibilitou um grau mínimo de informações e o exercício de reflexões sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia Oriental.

Nesse sentido, optou-se na primeira parte por apresentar breves questões conceituais e metodológicas sobre a teoria dos sistemas agrários, com o objetivo de fundamentar a introdução da caracterização sócio-histórica e ambiental da região do Marajó. Em seguida, são apresentados os quatro sistemas agrários identificados no estudo: o Sistema Agrário Indígena (3.500 a.C. até aproximadamente 1498 A.D); o Sistema Agrário Colonial (1498-1823); o Sistema Agrário da Economia da Borracha (1824-1950); e o Sistema Agrário Contemporâneo (1950 até os dias atuais). Trata-se de uma abordagem preliminar, contudo, há a perspectiva de evidenciar os traços mais significativos do processo de ocupação do território amazônico, baseado em elementos seculares que ainda influenciam o processo civilizatório contemporâneo, particularmente no que diz respeito ao uso e apropriação da terra no arquipélago do Marajó.

O EXERCÍCIO ANALÍTICO SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DA TEORIA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

As formas de agricultura observáveis aparecem assim, conforme dissemos, como objetos muito complexos, que podemos todavia analisar e conceber em termos de sistema. Ora, analisar e conceber um objeto complexo em termos de sistema é, num primeiro momento, delimitá-lo, ou seja, traçar uma fronteira, virtual, entre esse objeto e o resto do mundo, e é considerá-lo como um todo, composto de sub-sistemas hierarquizados e interdependentes (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 71-72).

O conceito de sistemas agrários, ao revelar a complexidade do objeto real, possibilita uma análise macro dos processos históricos e geográficos de uma ocupação agrícola e suas implicações regionais, e até mesmo em dimensões nacionais. Assim, segundo Carmo & Salles (1999) *apud* Porto (2003, p. 104), pode-se afirmar que há:

(...) uma combinação de variáveis inter-relacionadas, recursos naturais e suas transformações históricas, instrumentos de produção, força de trabalho social (física ou intelectual), divisão social do trabalho, relações de posse e uso da terra, o excedente agrícola e sua distribuição social e as condições políticas e culturais.

Dessa forma, no momento em que se busca detalhar e relatar as relações internas e externas do sistema agrário, percebe-se a necessidade de delimitá-

-lo como prerrogativa metodológica. Ou seja, evidenciar a complexidade de um sistema agrário não significa apreendê-lo em sua totalidade, principalmente em um primeiro momento. Por isso, distanciar-se e se aproximar, recorrentemente, parece ser um procedimento importante para se conceber o próprio objeto. Portanto, ter referência de um espaço específico torna-se indispensável, pois as representações das organizações, práticas sociais e a percepção do território pelos sujeitos pode se tornar algo ilimitado. Assim, conforme Angelo-Menezes (2000, p. 97),

O termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ele exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico, representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, mediante as práticas saídas especialmente do conhecimento técnico. Daí a necessidade de qualquer intervenção no meio rural passar pela compreensão das formações agrárias e de sua dinâmica dentro de um contexto global, sistêmico e histórico, contextualizado na complexidade da realidade. A análise histórica é indispensável para visualizar-se a extrema diversidade dos sistemas agrícolas e do estágio da organização do meio representado por sistemas técnicos, especialização produtiva, estrutura de exploração, enfim, relações técnicas e sociais de produção e nível de acumulação.

Então, definir o espaço tornou-se uma etapa essencial. Nesse sentido, ao iniciar o estudo sobre a região do Marajó, percebeu-se na literatura um destaque para aquilo que se denomina tradicionalmente de “Ilha de Marajó”, com ênfase na sub-região de campos naturais. Por um lado, isto significaria, do ponto de vista territorial, reduzir o tamanho da área a ser analisada. Por outro, se perderia a compreensão do grau de articulação sócio-histórica e ambiental, que parece ser algo relevante no estudo proposto. Identificou-se pouca referência historiográfica e arqueológica relativa à totalidade do arquipélago, em particular à área de floresta de várzea. Normalmente, os estudos históricos estão centrados na sub-região de campos naturais, em razão de terem sido tradicionalmente ocupados por vários grupos de colonizadores europeus e, por fim, apropriados pela oligarquia agrária de origem portuguesa.

Buscou-se nas informações sobre a paisagem e o relevo visualizar a diversidade do território. Percebeu-se uma demonstração clara de que existe uma área a leste predominantemente de campos naturais ou savanas (campos altos e campos baixos) com florestas de galeria e outra área; e a oeste (área dos furos), em que predomina a floresta densa (floresta de igapó e floresta de várzea). Contudo, apesar desta diferenciação geográfica,

identificou-se interdependência entre os sistemas agrários estabelecidos em cada área. Portanto, delimitar a área de estudo representa um aspecto metodológico importante, embora não seja de bom alvitre realizar cortes profundamente verticais. Há que se ponderar vários elementos sócio-históricos, ambientais, geográficos e percepções das dinâmicas estabelecidas pelos sujeitos e pela própria ação do Estado na conformação de um sistema agrário. Isso requer compreender que

(...) cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Ele é composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, que permite explorar sustentavelmente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 75).

Assim, partiu-se de uma tipologia fortemente centrada em elementos históricos e geográficos. Estrategicamente, isto se tornou primordial para vencer obstáculos identificados ao longo da revisão bibliográfica. Por exemplo, foram localizados estudos baseados em historiografia e arqueologia, cujo sentido se deve aos intensos movimentos socioculturais ocorridos na região do Marajó, bastante anterior à fase da economia colonial. Os primeiros registros arqueológicos são da década de 1940, e, mais recentemente, da segunda metade da década de 1990, por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), que descobriram novos sítios arqueológicos ou aprofundaram a pesquisa nos mais antigos.

Outro tipo de material identificado faz análise sobre a fase da colonização europeia. Enfatiza-se o processo de ocupação, a introdução de processos produtivos, como a criação de gado. Há referência à agricultura de subsistência e à forma como a “Ilha de Marajó” se tornou fornecedora de produtos alimentícios para a cidade de Belém – “núcleo subsidiário” (Lima, 1996). Destacam-se também os movimentos políticos que ali ocorreram. Contudo, o formato disciplinar, não integrado e desarticulado desses estudos impossibilita uma compreensão mais completa dos processos de evolução desse sistema agrário. Nesse sentido, o instrumento proporcionando pela teoria dos sistemas agrários permitiu construir, de forma ainda introdutória, uma tipologia sobre o significado do sistema agrário da região do Marajó.

Em suma, este exercício permitiu ampliar bastante o grau de compreensão dos diversos elementos que compõem as múltiplas realidades da evolução desse sistema agrário e gerou questões metodológicas referentes, principalmente, aos momentos de transição de um sistema agrário para outro. No decorrer

do estudo surgiram perguntas como: qual o momento de caracterização da transição dos sistemas agrários? Quais os elementos que identificam esta transição? Há a permanência de subsistemas? Qual o grau de articulação, impacto ou influência no sistema agrário? Há uma relação de predominância de um sistema agrário face aos subsistemas (diversidade)? O que define isto?

As possíveis respostas para este conjunto de questionamentos não serão encontradas neste artigo; no entanto, poderão ser mais bem investigadas por outros estudos, à medida que haja um aprofundamento sobre os aspectos conceituais e metodológicos da teoria dos sistemas. Essa reflexão pode ser indicativa e se tornar relevante como elemento orientador de pesquisa.

O SISTEMA AGRÁRIO DA REGIÃO DO MARAJÓ

Mas toda esta massa de terras diluídas não se regenera. O maior dos rios não tem delta. A ilha do Marajó, constituída por uma flora seletiva de vegetais afeitos ao meio maremático e ao inconsistente da vasa, é uma miragem de território. Se a despissem, ficariam só as superfícies rasadas dos 'mondongos' empantanados, apagando-se no nivelamento das águas; ou, salteadamente, algumas pontas de fraguedos de arenito endurecido, esparsas, a esmo, na amplidão de uma baía. (...) o que ali está sob o disfarce das matas é uma ruína; restos desmantelados do continente, que outrora se estirava, unido das costas de Belém às de Macapá – e que se tem de restaurar, hipoteticamente, em passado longínquo, para explicar-se a identidade das faunas terrestres, hoje separadas pelo rio, do Norte do Brasil e das Guianas (Cunha, 2003, p. 40).

A visão de Euclides da Cunha (1866-1909), o qual adentrou o território amazônico no início do século XX – mais precisamente em 1907 –, do Pará às fronteiras do Brasil com a Bolívia, revela o deslumbramento com um ecossistema complexo situado na foz do rio Amazonas, extremo norte do Brasil, de tamanha envergadura e ao mesmo tempo frágil, pois poderia ser caracterizado como resultante de depósitos aluviais, definidos como acúmulo de sedimentos que são recentes e imperfeitos e que se modifica frente à força da vazão do grande rio (Bemerguy, 2002).

Entretanto, este estudo não se restringe à Ilha de Marajó, que possui aproximadamente 59 mil km², mas compreende a região do Marajó, que possui 104.140 km² e que, segundo o IBGE, é constituída por 16 municípios e dividida em três microrregiões geográficas: região do Arari, região dos Furos de Breves e região de Portel. A região do Marajó possui uma diversidade sociocultural que pode ser traduzida nas seguintes informações: nove municípios com co-

munidades quilombolas, reconhecidas ou em processo de reconhecimento; três reservas extrativistas (Resex); uma Flona (Caxiuanã – MPEG); uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e um sítio arqueológico marajoara.

Na figura 1 está representada a divisão político-administrativa da região do Marajó, definida como mesorregião do Marajó, conforme o IBGE. Observe-se que esta região se localiza na área de influência da capital do estado do Pará, Belém. Isto marcará profundamente o processo de ocupação e a importância da região, enquanto fornecedora de alimentos, desde o século XVII, e também em relação aos laços de integração entre rural e urbano,³ no que diz respeito à existência de um fluxo migratório constante de famílias que se deslocaram da região do Marajó e passaram a ocupar a área urbana de Belém, principalmente às margens do rio Pará e do rio Guamá, com a constituição de vilas e moradias em formato de palafitas.

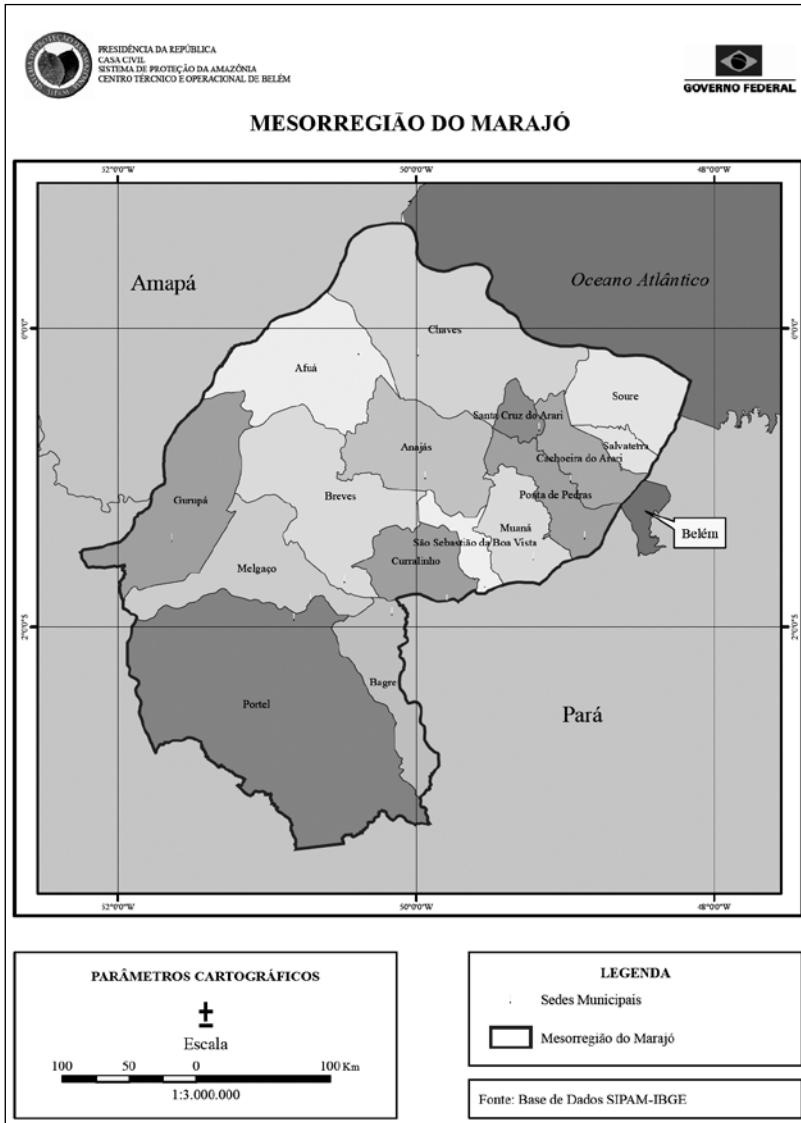
Grosso modo, podemos dizer que se trata do maior arquipélago flúvio-marítimo (região do Arari e Furos de Breves), com cerca de três mil ilhas e ilhotas, e de uma parte com característica mais continental (região de Portel). Há certa integração da paisagem – não necessariamente homogeneidade, mas isto destaca o Marajó como um importante cenário ecológico do Brasil, citado nos últimos anos como referência para a prática do turismo ecológico. Em suma, isto se deve ao ecossistema terrestre composto de uma área de campo natural, ou pastagem natural, e floresta densa, e de um ecossistema aquático composto de oceano, mangue, praias, rios e lagos. As estações climáticas são bem definidas: uma mais chuvosa, entre janeiro e junho, e outra mais seca, entre agosto e dezembro. Predomina um clima tropical quente e chuvoso com altas precipitações pluviométricas (2.800 mm a 3.600 mm nos períodos mais chuvosos).

Em termos de vegetação, conforme a figura 2, há predominância da cobertura por floresta ombrófila densa que se mantém sempre verde e com grande vegetação arbustiva, características de áreas temporariamente alagáveis. Na parte continental da mesorregião, ao sudoeste da imagem, observa-se a predominância de um tipo de vegetação de formação pioneira

3 Trata-se de um elemento relevante, conforme Angelo-Menezes (2000), para uma melhor compreensão das relações entre sociedade rural e colonial, e torna-se indispensável considerar as relações com o espaço urbano. Neste sentido, a autora supracitada reafirma a influência da cidade de Belém para o processo de formação e articulação dos povoados na fase colonial. Isto implicou a desestruturação dos sistemas agrícolas tradicionais em prol de uma produção voltada a uma economia de mercado.

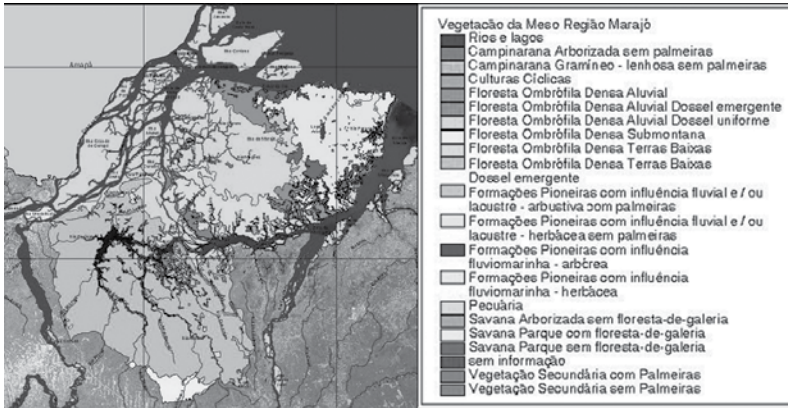
com influência fluvial. Outro destaque seria a formação de savana na parte do extremo leste, particularmente nos municípios de Soure e Salvaterra.

Figura 1 – Messorregião do Marajó, estado do Pará



Fonte: Brasil (2006).

Figura 2 – Foto imagem da mesorregião do Marajó



Fonte: Brasil (2006).

Observa-se também na figura 2 a distribuição das atividades produtivas relacionadas à tipologia da vegetação e/ou mesmo do relevo, presente no Marajó. Nas áreas de campos naturais ou de savana houve a introdução da pecuária, com registro desde o século XVIII de gado vacum e cavalar, e no final do século XIX com o búfalo. Observam-se algumas áreas de culturas cíclicas, particularmente o abacaxi, mais a leste, no município de Salvaterra. Nas áreas de floresta ombrófila predomina o extrativismo vegetal, com destaque no passado para a seringueira e no presente para a extração de madeira e da palmeira de açaí, sendo esta atividade realizada principalmente pelos trabalhadores agroextrativistas.

O cenário sobre a utilização das terras do Marajó ainda é bastante problemático do ponto de vista fundiário. Segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996, apenas 25,83% da área total da mesorregião é de estabelecimentos agrícolas, distribuídos da seguinte maneira: 3,02% lavouras; 27,37% pastagem natural; 0,77% pastagem plantada; 60,16% matas/florestas naturais; 0,46% matas/florestas artificiais; 4,22% de terras produtivas não aproveitáveis; e 3,95% de terras inaproveitáveis (Brasil, 2006).

Posto de outra forma, por um lado, observa-se que a agricultura ocupa menos de 3 mil hectares de terra, expressão do domínio de uma agricultura de subsistência centrada na produção da mandioca, que é praticada por populações tradicionais e pequenos proprietários nas áreas de terra firme e nas áreas de várzea. Trata-se de um tipo de agricultura itinerante (rotação de cultivo), com algumas experiências de culturas perenes e culturas anu-

ais, limitadas muitas vezes pelas condições do solo argiloso e pelas áreas alagáveis nos períodos chuvosos.

Por outro lado, os quase 30% de áreas de pastagem ou aproximadamente 30 mil hectares, concentrados principalmente na área leste da mesorregião, evidenciam a maior expressão da pecuária na economia local. Revela-se, assim, o Marajó como uma região de históricos embates e conflitos pela posse e controle das terras, desde o período colonial até hoje. A concentração fundiária consolidada ao longo de pelo menos três séculos provocou uma trajetória de profunda desigualdade política, econômica e social na região, algo que perdura até os dias atuais.

Os sistemas agrários identificados neste estudo sobre o Marajó são expressão desse processo de conflitos, deslocamentos de população, concentração fundiária, transformação e desestruturação das relações socio-culturais tradicionais, fortalecimento da produção voltada para o mercado, interferência no ambiente, explorações desenfreadas dos recursos naturais etc. Estes traços marcam a evolução do sistema agrário da região.

Uma pesquisa documental básica e o referencial bibliográfico, centrado na historiografia e na geografia, permitiram identificar os quatro sistemas agrários já mencionados – indígena, colonial, borracha e contemporâneo. A seguir detalharemos cada um:

Sistema Agrário Indígena (3.500 a.C. até aproximadamente 1498 a.D.)

Os primeiros estudos arqueológicos sobre a região do Marajó iniciaram por volta do final do século XIX e depois assumiram um caráter mais sistemático no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 (Schaan, 2004). Inicialmente, havia uma tese de que os indígenas pertencentes à sociedade marajoara teriam se deslocado das Cordilheiras dos Andes por volta de 800 anos antes da ocupação europeia. Contudo, esta tese foi refutada na década de 1990. Há indícios, a partir da análise de peças de cerâmicas, de que a ocupação da região do Marajó seria decorrente de populações já estabelecidas na Amazônia – tese de população autóctone (Schaan, 1999).

Os estudos arqueológicos contemporâneos reafirmam a segunda tese, demonstrando que as primeiras populações indígenas teriam se fixado por volta de 3.500 a.C. Há dois momentos distintos, de acordo com o grau de avanço dos grupos indígenas em termos de elaboração de seus utensílios e instrumentos de trabalho e do padrão de organização social. O primeiro momento é denominado de fase da floresta (3.500 a.C. até aproximadamente 400 d.C.), em que viveram as populações Ananatuba, Mangueira, Acua e

Formiga. Um segundo momento, chamado de fase marajoara, consiste na ascensão da sociedade marajoara. A principal característica desse período é um grande adensamento de populações, alguns grupos sedentários e dispersos no território e outros grupos estruturados em sociedades complexas (Schaan, 2002). Percebe-se que as populações indígenas se distribuíram ao longo da floresta, da região de campo e dos rios realizando caça, pesca, horticultura e coleta.

Um aspecto relevante era o caráter independente da organização social dos grupos, contudo eles mantinham contato entre si, e havia uma rede de trocas permanente. A sociedade marajoara, originária de aproximadamente 600 d.C., é considerada uma das mais importantes. Isso se deve aos avanços demonstrados na elaboração de cerâmica policrômica e na estruturação da organização social no formato de cacicado entre os séculos VI e XIII. Trata-se de uma organização social com um formato centralizado em chefes regionais. Um fato importante dessa fase é que ocorre a mudança do trabalho doméstico familiar para o trabalho social.

Não há grandes explicações sobre a base econômica do sistema tribal marajoara, mas há indícios de várias experimentações produtivas, ocasionadas inclusive pelo aumento populacional. Por exemplo, há registro de pesca intensiva a partir da construção de barragens. No século XIV, e ao longo da ocupação europeia, observa-se a desestruturação da sociedade marajoara e a unificação com outras tribos. Ao chegar à região do Marajó, o colonizador português encontra uma formação tribal denominada de forma genérica como Nheengaíbas (grupos indígenas como os mayanases, os aruans, os mapuaz, os paucacaz, os guajaraz, os arapixis e os tucojus), composta de várias etnias, portanto, sem a identidade da sociedade marajoara.

As justificativas sobre a decadência da sociedade marajoara não são claras, em face da ausência de informações detalhadas e estudos arqueológicos a esse respeito. Há algumas hipóteses ainda em construção que ajudam a entender esta transição para o sistema agrário colonial. Por um lado, deve-se à perda de controle dos cacicados no sentido da mobilização do trabalho social que ocorria bem antes da ocupação europeia (Schann, 1999). Por outro, Marin (2005) demonstra as dificuldades relacionadas à decadência da agricultura e às atrocidades cometidas pela colonização europeia, que transformou as ilhas da foz do Amazonas em um “palco de batalhas”, conseqüentemente provocando o deslocamento e a eliminação de populações indígenas.

Sistema Agrário Colonial (1498-1823)

Os colonizadores europeus que chegaram à Ilha de Marajó encontram dois grupos indígenas, os Nheengaiabas e os Aruãs, resultantes do declínio da sociedade marajoara. Os primeiros contatos com o Marajó são registrados pelo português Duarte Pacheco Pereira, em 1498, e pelo navegador espanhol Francisco Yañez Pizón, em 1499. Essa região fazia parte do domínio espanhol pelo tratado de Tordesilhas; porém, como parece se tratar de uma área de acesso estratégico aos metais preciosos andinos, ela se tornou uma área de inserção também de holandeses e franceses. Estabeleceu-se um primeiro momento de escambo com os índios, pois havia o interesse comercial pelas drogas do sertão.

Há vários registros de expedições de navegadores adentrando o rio Amazonas (Marañon), como a expedição do capitão espanhol Francisco de Orellana (1541/1542) e expedições de franceses (1583) e holandeses (1598). Essa grande movimentação em torno do território levou a Coroa portuguesa a fundar, em 1616, a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Em 1632, ocorreu a primeira expedição militar portuguesa pelos rios amazônicos. Entre 1637 e 1639, o capitão português Pedro Teixeira viajou do Pará até Quito. Efetivou-se assim o processo de colonização com o objetivo de estabelecer a defesa militar e um núcleo de povoamento que se tornaria polarizador das ações da Coroa portuguesa no norte do Brasil.

Ao longo da estruturação do núcleo de povoamento colonial, segundo Angelo-Menezes (2000, p. 92),

No período colonial, a perturbação interna decorrente da colonização portuguesa fez mudanças bruscas de orientação em determinados pontos essenciais ao funcionamento da sociedade indígena. Essas mudanças provêm prioritariamente da diminuição da organização social dos índios, assim como da desestruturação tecnológica da atividade produtiva. Os resultados foram as mudanças da paisagem agrária, decorrência da restrição dos recursos, das escolhas técnicas ou, ainda, das modalidades da repartição social e dos benefícios que foram esquecidos no processo de escolha.

Essas mudanças bruscas podem ser identificadas pela intensificação da exploração das drogas do sertão, ao longo do século XVII. Entretanto, em 1696, houve a introdução dos primeiros traços de produção artesanal, por meio de engenhos de açúcar construídos na foz do rio Arari. Outro passo que poderia ter sido significativo, do ponto de vista da racionalização da produção agrícola, deu-se no século XVIII. Trata-se da fase Pombalina,

quando os colonizadores portugueses tentaram constituir as ilhas de agricultura no delta do Amazonas e na planície fluvial, por meio da rizicultura.

Em 1750, havia o interesse de transformar essa região em um grande “celeiro agrícola”, pois, além do arroz, propunha-se a produção de algodão. Assim, houve a chegada dos colonizadores açorianos, que se instalaram na parte nordeste do Pará. Evidencia-se o estímulo à transição do extrativismo para a agricultura comercial, contudo, as precárias condições de sobrevivência se tornaram obstáculos ao sucesso da empreitada dos novos colonizadores (Marin, 2005).

Em síntese, um enfoque analítico mais pormenorizado destacaria três sentidos significativos para a ação da colonização portuguesa na alteração da organização do trabalho e da estrutura produtiva voltada para a produção colonial. O primeiro diz respeito à introdução do trabalho compulsório de indígenas sob o comando do projeto missionário e econômico dos jesuítas. Nesse sentido, a intervenção do padre Antonio Vieira foi fundamental.

Em 1659, Vieira negociou a Paz do Mapuá com as lideranças indígenas do Marajó. Evidentemente, os portugueses não cumpriram sua parte no acordo. A partir desse momento, efetivou-se um processo de genocídio e trabalho compulsório mais intensivo, provocando o deslocamento de contingentes populacionais indígenas para as áreas mais distantes do território. Houve a promoção de acordos com alguns grupos indígenas – nesse caso, os tupinambás, que guerreavam e ajudam a escravizar os nheegaíbas e aruãs.

Isso permitiu a estruturação de fazendas altamente lucrativas controladas pelos jesuítas. Praticava-se a agricultura e, por volta de 1703, deu-se a introdução da criação de gado vacum e cavalariço, cujo plantel foi ampliado em 1751. Este conglomerado produtivo no Marajó resultou em uma “indústria pastoril” que forneceu carne de gado para Belém, entre 1726 e 1872, com grande desenvoltura.

O segundo sentido se refere à doação de sesmarias, por volta de 1738. Este fato contribuiu para a formação da concentração fundiária no Grão-Pará, particularmente na região do Marajó. Assim, esta região se tornou um polo de produção pecuária e proporcionou a apropriação de terras e a ascensão de uma oligarquia agrária, que se estende até os dias atuais. Em tese, nesse fato histórico identifica-se o cerne da problemática da questão fundiária na Amazônia brasileira. Isto originará uma estrutura agrária altamente desigual e colocará as unidades produtivas familiares em posição secundária de acesso à terra, fortalecendo relações de poder sob o comando da oligarquia agrária do Marajó.

O terceiro sentido corresponde ao período pós-1755, a partir da expulsão dos jesuítas pela Coroa portuguesa. Rompe-se o monopólio da mão de obra sob o controle da Igreja e instala-se a égide do Estado, por meio do Diretório dos Índios. Segundo Coelho (2000, p. 151-152),

(...) o Diretório constituiu um instrumento legal de pretensões grandiosas, dentre as quais a inserção do índio nos costumes ocidentais, de modo definitivo e inédito, uma vez que desconsiderava a condução religiosa, entendendo ser possível a civilização dos indígenas seguindo-se um programa fundamentalmente laico.

Ainda assim, Coelho (2000, p. 156-157) ressalta a necessidade de se compreender melhor o Diretório dos Índios, muito além do sentido de colonização proposto por Prado Jr.(1987), ao enfatizar o seguinte:

O Diretório é texto de constituição híbrida, pode-se dizer, pois é tanto um regimento, no sentido de apresentar regras que devem ser seguidas pelos que a ele estiverem subordinados, quanto um programa de adaptação do indígena a uma nova forma de vida. Preocupa-se, assim, com a instituição do lócus no qual essa vida se desenvolverá, a direção das atividades que ali serão realizadas, e, ainda, com a garantia da inserção do indígena num modo de vida civilizado.

A expulsão da ordem religiosa jesuíta do Brasil provocou impacto direto nas fazendas do Marajó, antes controladas por esta ordem com grande êxito. A intervenção da Corte portuguesa nas fazendas provocou um quadro de decadência. Entretanto, antes que chegassem à ruína completa, D. José I ordenou que se repartissem as terras em juntas governativas, sendo a seguinte ordem de preferência: i) os oficiais militares e pessoas casadas, vindos do reino e estabelecidos no Pará; ii) os oficiais militares brasileiros casados; iii) as pessoas distintas e casadas residentes no Pará que não possuíssem bens de raiz competentes, excluindo os que possuíam terras próprias sem benfeitoria, ou que não demonstrassem capacidade para cultura. Assim foram formados no Marajó 22 quinhões de terras aproximadamente iguais.

Esses três sentidos expostos sobre a organização do trabalho e a estrutura do sistema agrário colonial tornam-se uma síntese do movimento de organização política e sobre o uso e apropriação dos recursos naturais da região do Marajó. Observa-se a configuração de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, e a introdução de novas práticas socioculturais e produtivas que provocam a desestruturação da sociedade indígena. Além disso, a tentativa de instituir uma legislação que atuaria sobre os

costumes, o trabalho e o comércio. Sem dúvida, essa intervenção da Corte portuguesa criou mecanismos de controle, assim como a definição de um desenvolvimento agrário pautado na produção comercial.

Por fim, observa-se que as alterações políticas na metrópole portuguesa, com o fim da era Pombalina, constituíram-se em entraves para a introdução de um formato civilizador iluminista no Grão-Pará; ao mesmo tempo em que as intervenções no campo produtivo, como a rizicultura – “infra-estrutura baseada na agricultura” – e a produção pastoril, entraram em crise. A fase de transição para um novo sistema agrário ocorre na primeira metade do século XIX, com a adesão do Pará à independência, em 1823, e, logo depois, a descoberta de um produto que assumirá destaque como matéria-prima para o processo de industrialização capitalista mundial – a produção gomífera.

Sistema Agrário da Economia da Borracha (1824-1950)

Há uma controvérsia nos estudos historiográficos quanto à caracterização da economia do estado do Pará a partir da segunda metade do século XIX. Normalmente, as análises revelam uma dicotomia entre extrativismo e agricultura. No entanto, conforme demonstra Marin (2005), houve uma tentativa da Corte portuguesa, por meio da cultura do arroz e de outras culturas como o algodão, o cacau e a cana-de-açúcar, de estabelecer certo grau de racionalidade, capaz de dominar o processo produtivo da região amazônica. Dessa forma, imputou-se a possibilidade de firmar a agricultura de caráter comercial em detrimento do extrativismo.

Essa empreitada não obteve o sucesso esperado em decorrência de vários fatores relacionados a aspectos políticos, organização do trabalho, formas das estruturas produtivas etc. No caso específico da rizicultura, havia o interesse de substituir o arroz nativo (vermelho) pelo tipo branco e de melhor qualidade para atender os objetivos do mercado externo. Havia uma grande centralidade no campo do beneficiamento do produto, visando atender às exigências do mercado consumidor colonial (Marin, 2005). Apesar das dificuldades em implementar uma produção de grande escala, os produtores de culturas como arroz e cacau conseguiram ganhar certa autonomia, contribuindo com o fornecimento desses produtos para o mercado regional e até para exportação ao longo do século XIX.

É nesse contexto de transição que se insere o sistema agrário da economia da borracha. Isto ocorre mediante a passagem da centralidade do cultivo nas áreas de várzeas e da produção pastoril nos campos naturais

para uma atividade que se concentra na floresta densa, visando a extração do látex. O destaque para o extrativismo vegetal não significa que as demais atividades foram eliminadas ou substituídas; elas continuaram existindo voltadas para o mercado consumidor regional e até para a exportação. Entretanto, houve impactos no volume da produção agrícola, não somente por fatores relacionados diretamente à produção gomífera, mas devido a fatores políticos e indefinições na organização produtiva.

O cenário político do Brasil, na primeira metade do século XIX, não era nada promissor. A independência política, em 1822, não garantiu unidade político-administrativa ao território. No Pará, as famílias de origem portuguesa continuaram comandando o poder político em detrimento do avanço dos “brasileiros”. Isto provocou insatisfações internas que culminaram, entre 1835 e 1840, na Revoltas dos Cabanos.

Os desmandos políticos e as precárias condições de sobrevivência das populações do interior da província alimentaram o apoio aos revoltosos. A região do Marajó se tornou um dos principais focos de resistência e fuga dos cabanos à medida que o governo imperial, aliado da elite local, impôs restrições aos rebelados. Houve matança indiscriminada de pessoas no interior da província, principalmente daquelas acusadas de apoiar os cabanos. Estima-se que foram mortas mais de 30 mil pessoas, aproximadamente 25% da população total da província do Pará, no referido período.

Quase paralelamente, emergia a extração do látex, cujo beneficiamento gerava a borracha. Este produto extrativista assumiu destaque na pauta de exportação brasileira e criou uma nova dinâmica econômica e social na Amazônia. Durante os tempos áureos da produção gomífera, uma das maiores áreas de extração se encontrava na região das ilhas do Marajó. No campo social, houve uma mobilização pela busca de mão de obra que culminou na migração de grandes levas de nordestinos para a Amazônia, num valor estimado em aproximadamente 400 mil pessoas.

Dessa forma, novas categorias sociais surgiram, como o seringalista – “o patrão” –, o seringueiro, o regatão, o aviador, o exportador, que se somariam aos grupos remanescentes da fase colonial, como o vaqueiro, o fazendeiro, o agricultor de subsistência, o escravo negro e outros mais. Ressalte-se que no sentido da organização do trabalho introduziu-se uma forma de exploração do trabalho altamente aviltante: o aviamento. Trata-se de um tipo de trabalho forçado, baseado na relação por dívida que se estabelecia entre o seringueiro e o “patrão”. Aquele se tornava devedor, a partir do momento em que aceitava se deslocar para o interior da densa

floresta para atuar nas “estradas de seringais”. O patrão financiava todas as despesas para viabilizar a chegada à “colocação” e depois fazia a cobrança via recebimento do fruto do trabalho, a borracha. Conforme relatou brilhantemente Cunha (2003, p. 54):

De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das ‘estradas’, o seringueiro realizar uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se – aviamento (...). É natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O ‘regulamento’ é impiedoso: qualquer freguês ou aviado não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais (...).

Batista (2004) propõe uma tese que se contrapõe ao sentido hegemônico da produção gomífera na economia do Pará na segunda metade do século XIX, conforme preconiza a historiografia tradicional sobre o tema. A autora realiza uma reflexão sobre a dicotomia extrativismo e agricultura e o significado preponderante do setor exportador como responsável pela dinamização da economia paraense. Para bem da verdade, a polêmica reside no fato de que há uma interpretação corrente, entre os autores que discutem a economia da borracha, de que a agricultura permaneceu estagnada ou basicamente serviu ao mercado de consumo local. É importante aprofundar a investigação, pois ela pode sugerir a produção agrícola da época para além de um sentido de subsistência.

No caso da região do Marajó, identifica-se no sistema agrário da borracha a permanência de um sistema agrícola comercial vinculado à produção de arroz, frutas regionais, cacau e cana-de-açúcar, assim como a agricultura de subsistência, baseada no sistema de cultivo com *pousio* e de queimada (mandioca, milho e feijão), e a criação extensiva nas unidades familiares. Nota-se também que a produção pastoril comercial manteve-se fornecedora de carne verde para a cidade de Belém. Contudo, em 1872, a produção pecuária⁴ entrou em crise, provocada por problemas sanitários,

4 No final do século XIX, a produção pecuária ganhou um novo impulso com a introdução do búfalo nas áreas de campos do Marajó. Os bubalinos se transformaram em uma marca da paisagem do Marajó; entretanto, recentemente tem havido denúncias de que têm sido usados pelos fazendeiros como instrumento de invasão de terras e coerção das comunidades quilombolas.

e foi afetada por uma grande inundação. Há também destaque para a pesca como atividade produtiva, com o fornecimento de pescado fresco e salgado. Portanto, havia uma dinâmica do mercado interno e até de produção voltada para exportação; no entanto, no Marajó, a extração do látex assumiu uma posição de destaque e expressão de riqueza.

Ao nosso ver, a problemática maior se constitui em dois fatores: primeiro, a manutenção de uma trajetória constante de relações de exploração extrema do trabalho, iniciada com o trabalho forçado de índios e negros no sistema agrário colonial, depois com a prática do aviamento; segundo, pela intensificação da concentração fundiária. Esses dois fatores promoveram o aprofundamento da degradação social e o estabelecimento de relações de poder extremamente opressoras, que também contribuirão, futuramente, para a decadência do sistema agrário da borracha. Conforme Cunha (2003, p. 40):

Há, certos, naquela sociedade principiante, os vícios e os desmandos iminentes dos grandes deslocamentos sociais – é que ali reportam, como reportaram nos primeiros tempos do Transvaal e na azáfama tumultuária do *rush do far west*, ou nas minas da Califórnia. A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam, de um lado, pela beirada dos rios, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores. O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços (...).

Destarte as condições de extrema exploração do trabalho, a proeminência do sistema agrário da borracha também proporcionou a estruturação de atividades artesanais relacionadas ao beneficiamento do látex e ao setor serviço com a movimentação em torno das casas exportadoras, e de um sistema bancário voltado para financiar a produção e comercialização. Em relação à atividade extrativista do látex, os trabalhadores foram mantidos totalmente dependentes da natureza, e sob o domínio dos seringalistas. Há registros de abandono, pelos trabalhadores, das atividades de agricultura de subsistência para inserção no extrativismo vegetal. Para alguns autores, isso seria mais um dos componentes das crises de abastecimento de alimento e de autoconsumo na região. No entanto, Batista (2004) demonstra que não houve uma queda tão substancial da agricultura comercial ou mesmo da agricultura de subsistência.

O extrativismo do látex vivenciou duas fases de auge: a primeira em 1840-1920; e a segunda em 1940-1945, com a Segunda Guerra Mundial.

A perda de mercado consumidor para a Malásia, no início do século XX, lançou a economia das regiões produtoras de látex na Amazônia a uma franca decadência. No segundo momento de retomada da produção, durante a década de 1940, novamente se estimulou a migração de nordestinos para o interior da floresta tropical, agora chamados de “soldados da borracha”. Então, retroalimentar um sistema produtivo, claramente limitado do ponto de vista da capacidade de promover alterações significativas na base econômica e social da economia regional, se revelou um novo fracasso, sobretudo para aqueles que foram vítimas da exploração do trabalho no processo de acumulação de riqueza pela elite mercantil.

Tanto no Marajó como em outras áreas da Amazônia, houve o recrudescimento das mobilizações produtivas ligadas ao extrativismo do látex. Várias “estradas” de seringueiras, antes abandonadas, foram retomadas. As populações envolvidas com o extrativismo vegetal passaram a se instalar novamente nas áreas de floresta densa, com esperança de que essa mobilização os alcançasse.

Na região dos campos naturais, os grandes fazendeiros direcionaram sua produção pecuária para a criação do búfalo, e assim garantiram uma estabilização em seus ganhos econômicos e consolidaram a importância deste sistema produtivo ao longo da segunda metade do século XX. Nas áreas de floresta densa, houve a negociação da titularidade e posse de grandes áreas de terras, fruto das antigas sesmarias, por empresas ou proprietários individuais. A agricultura de subsistência manteve-se no interior das áreas das florestas de várzea e áreas de terra firme com um sistema produtivo tradicional de queimada e rotação de cultura, predominantemente centrada na produção da mandioca. É importante ressaltar que duas das características mais marcantes, ao longo desse período (1824-1950), foram a ausência do Estado e a fragilidade das municipalidades na promoção de infraestrutura econômica e social, particularmente nas áreas rurais.

Sistema Agrário Contemporâneo (1950 aos dias atuais)

A partir da década de 1950, inaugura-se uma nova etapa da ação desenvolvimentista do Estado brasileiro, com o avanço da industrialização intensiva. Em meados dos anos 1960, a sociedade brasileira emergiu em um modelo desenvolvimentista pautado na modernização conservadora. Tornou-se ainda mais acelerado o processo de integração da economia amazônica à economia nacional. O sistema agrário contemporâneo do Marajó, de certa maneira, acompanhou esta tendência, caracterizado pelo

avanço dos projetos agropecuários na Amazônia e pela identificação de produtos primários com potencial para exportação. No caso do Marajó, houve a intensificação da extração de madeira.

O sistema agrário contemporâneo do Marajó é extremamente complexo, pois envolve subsistemas produtivos que influenciam no meio ambiente e nas formações socioculturais, cuja participação no processo extrativista do látex foi altamente desgastante, devido às formas aviltantes de exploração do trabalho. A concentração fundiária se consolidou e emergiram novos proprietários de terra, que definem as regras e mecanismos de opressão sobre os trabalhadores agroextrativistas, muitas vezes, com o apoio dos governantes locais e da esfera estadual.

Nessa fase, as atividades econômicas de mercado vêm assumindo posições de localização distintas no território marajoara. Na área de campos naturais, predomina o setor agropecuário com um sistema de criação intensiva e a introdução de tecnologia, via melhoramento genético do búfalo. Nas áreas de floresta densa são identificadas as principais espécies vegetais de potencial econômico para o mercado internacional, a exemplo da virola, uma espécie vegetal nativa. Há registro de que as primeiras atividades de exportação de madeira tenham começado em 1965. Assim, o setor madeireiro instalado no Marajó, em particular na cidade de Breves, transformou-se em uma cadeia produtiva de grandes proporções, envolvendo as comunidades rurais, cuja função era fornecer produtos para as serrarias.⁵ Estabeleceu-se um novo mercado de trabalho, informal e extremamente precário, fonte de grandes impactos ambientais na região.

As principais categorias sociais que se destacam neste sistema agrário são: o empresário madeireiro; o empresário da serraria; o grande fazendeiro agropecuário; os trabalhadores extrativistas; os trabalhadores assalariados do serviço público e privado; os empresários exportadores de madeira; os empresários do setor turismo e as populações tradicionais quilombolas; as populações tradicionais das áreas de unidade de conservação. Este conjunto de sujeitos às vezes interage de maneira convergente, mas em geral possuem interesses divergentes. Os objetivos de cada um dependem do grau de in-

5 A madeira beneficiada era exportada para países europeus como a Holanda e para o Japão, via portos locais ou porto de Belém. Outra pesquisa identificou, na região dos Furos de Breves, que empresas japonesas adquiriram grandes extensões de terra para extração de madeira ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 (Souza, Lopes, 2002; Lopes, Souza, Ferrao, 2009).

teresse de acumulação e apropriação dos recursos naturais ou da defesa do uso sustentável da floresta e dos demais ecossistemas.

Neste sistema agrário, o significado da agricultura de subsistência e comercial está assegurado, pois há a manutenção de mercados locais e regionais que demandam as frutas regionais; nesse sentido, destaca-se a produção de açaí, normalmente realizada pelos trabalhadores agroextrativistas.

Nos anos 1990, tentou-se ensaiar uma política governamental baseada na “vocalização econômica natural” na perspectiva de incluir a região do Marajó como zona de turismo ecológico, área agropecuária (pastagens artificiais, introdução de novas tecnologias, melhor aproveitamento da pastagem nativa); e redefinir o papel do setor extrativista (manejo florestal e atividades agroflorestais). Pensou-se que a transformação da estrutura econômica do Marajó possibilitaria integrá-la às demais regiões do estado do Pará, no chamado sistema de cadeias produtivas.

Novamente, os resultados obtidos são típicos de um modelo concentrador de riqueza, pois há pouca ressonância desses resultados econômicos na melhoria das condições de vida da população em geral. Isso se deve ao fato de que a expectativa de inclusão econômica da região do Marajó, fundamentalmente, baseia-se em um estereótipo de urbanização da paisagem natural, cuja concepção na maioria das vezes não coaduna com os interesses da população local.

A grande novidade desse sistema agrário é a instalação das unidades de conservação e o reconhecimento das áreas de quilombolas. Observa-se uma transformação nas relações de propriedade fundiária, porque, até então, os trabalhadores agroextrativistas viviam em condições de semisserviidão ou semiescravidão sob o comando de madeireiros e grandes fazendeiros. A ação de intervenção do governo federal, por meio da legislação ambiente, proporcionou uma condição de ordenamento fundiário e de uso e apropriação dos recursos naturais, ainda com grandes limitações e equívocos. No entanto, trata-se de uma experiência muito recente que ainda está em processo de amadurecimento, mas representa um avanço considerável na constituição da autonomia das populações tradicionais.

No final do século XX e início do século XXI, os setores econômicos dominantes do Marajó vêm apresentando sinais de estagnação ou decadência. A produção agropecuária apresentou uma perda de plantel expressiva. Em 1990, havia aproximadamente 600 mil búfalos no Marajó, entretanto, os dados de 2005 registram menos de 250 mil cabeças. O setor turismo também não tem conseguido se firmar. No início dos anos 1990, este setor

foi definido como o prioritário pelo governo estadual, com o objetivo de introduzir, definitivamente, a região do Marajó nas rotas do turismo nacional e internacional. Contudo, os resultados são pífios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de estudo sobre a evolução dos sistemas agrários torna-se bastante desafiante à medida que a sua construção pressupõe um caráter interdisciplinar. Aprender o grau de complexidade das diversas variáveis que compõem as dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas que são extremamente dinâmicas não é uma tarefa fácil. Conjugá-las requer um exercício habilidoso e estruturado com base em fundamentos sobre os processos históricos e geográficos que se articulam na formatação do sistema agrário.

Aprender as principais dinâmicas relacionadas à configuração de um sistema agrário do Marajó permitiu visualizar as transformações ocorridas ao longo de séculos e perceber detalhes sobre o processo de constituição de novas formações socioculturais, bem como de que modo as transições e a interdependência entre os sistemas agrários ocorrem. Observa-se que o Marajó possui uma dualidade entre áreas que, do ponto de vista ambiental, são diferenciadas. No entanto, o nível de interdependência entre elas é evidente. Normalmente, busca-se expressar a dicotomia entre essas duas paisagens. A primeira representaria um Marajó paradisíaco, moderno e dinâmico, enquanto o segundo simbolizaria um sistema produtivo de subsistência; portanto, atrasado.

No entanto, percebe-se claramente a unidade que há entre essas duas paisagens. Os elementos que evidenciam a interdependência podem ser definidos no âmbito da questão fundiária; das condições de reprodução social precária; na rede de reciprocidade que envolve as populações tradicionais; na intensiva exploração dos recursos naturais; nas identidades socioculturais; na ausência constante ou reduzida ação do Estado; entre outras características que aproximam e constituem a região do Marajó como um sistema altamente complexo e de ampla diversidade.

REFERÊNCIAS

- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 17, n. 1, 2000, p. 91-122.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto; Unesp, 1996.
- ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Revista Ambiente & Sociedade*, n. 5, 1999, p. 79-93.
- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquia no Grão-Pará*, c. 1850 – c. 1870. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.ufrj.ppghs.br>.
- BEMERGUY, Ruth Lea. Cartografia digital aplicada à integração dos elementos geomorfológicos da Ilha de Marajó. Anais do X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. *Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.casacivil.gov.br>.
- COELHO, M. C. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. *Revista de História Regional*, 5 (2), 2000, p. 149-174.
- CUNHA, E. da. *Amazônia – o paraíso perdido*. Manaus: Editora da Ufam, 2003.
- LIMA, A. M. M. et al. Ilha de Marajó: revisão histórica, hidroclimatológica, bacias hidrográficas e proposta de gestão. *Holos Environment*, v. 5, n. 1, 2005, p. 65-80.
- LIMA, E. N. de. Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o “núcleo subsidiário” do Marajó, 1850/1920. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 7, 1996, p. 59-89.
- LOUREIRO, Violeta R. et al. A questão fundiária na Amazônia. *Revista Estudos Avançados da USP*, n. 19 (54), 2005, p. 77-98.
- LOPES, O. do C.; SOUZA, A. L. de; FERRÃO, Euzalina da S. Ribeirinhos do Mapuá, in: MOTA, Giovane et al. *Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e território*. Belém: Gapta/UFPA, 2009, p. 225-236.
- MARIN, Elizabeth R. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. *Novos Cadernos Naea*, v. 8, n. 1, 2005, p. 73-114.
- MARTINS, S. P. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. *Revista Estudos Avançados da USP*, n. 19 (53, 2005), p. 209-220.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp. Brasília: Nead, 2010.
- NITSCH, M. O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos. *Revista Estudos Avançados da USP*, n. 16 (46, 2002), p. 141-156.

- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- _____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- PORTO, V. H. F. Sistemas agrários: uma revisão conceitual e de método de identificação como estratégia para o delineamento de políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, 2003, p. 97-121.
- SCHAAN, Denise P. *A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara*. Dissertação (mestrado) – PUC-RS, 1999. Disponível em: <www.marajoara.com.br>.
- _____. *De tesos e igaçabas, de índios e portugueses: arqueologia e história da Ilha de Marajó*, 2002. Disponível em: <www.marajoara.com.br>.
- _____. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais da Ilha de Marajó. *Revista de Arqueologia*, n. 17, 2004, p. 13-32.
- SOUZA, A. L. de; LOPES, O. do C. *Comunidades agroextrativistas do rio Mapuá, Breves-PA: diagnóstico socioeconômico*. Belém: Fadesp, 2002 (Digitalizado).
- WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

